

MAIO-DEZEMBRO
1955

VOLUME IV
N.ºs 2-3

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

SUPLEMENTO AO BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

REDACTOR-DELEGADO

J. J. TEIXEIRA RIBEIRO

FACULDADE DE DIREITO
COIMBRA

Notas e documentos

Luxo e Pragmáticas no pensamento económico do séc. XVIII

Sumário: 1 — Os portugueses e a economia. 2 — O pensamento económico do Desembargador José Vaz de Carvalho. 3 — O Desembargador Manuel de Almeida e Carvalho, o luxo e a terra. 4 — O discurso do Doutor Nicolau Francisco Xavier da Silva e as pragmáticas.

Notas bibliográficas e documentos.

1. Nem sempre a apregoada pobreza do pensamento económico lusitano basta para explicar a forma sumária como, nos grandes tratados da história económica mundial, se apresenta a actividade do nosso povo (1). Os portugueses exerceram grande influência nos destinos económicos do mundo. Propulsores dos tempos novos, foram homens de acção, mas pouco homens de pensamento (2). Aquela absorveu-os de tal forma que não lhes restou oportunidade para meditar os grandes problemas do desenvolvimento económico, da sua evolução, das suas origens, e analisarem os seus múltiplos e variados aspectos. Se não se debruçaram sobre a teoria pura, a política económica, mais próxima da realidade cotidiana, interessou-os tanto como aos demais povos da Europa.

Da época mercantilista, mercê duma antologia (3) de textos económicos, só Ribeiro de Macedo, Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos e, por outro lado,

Duarte Gomes de Solis encontraram eco na crítica estrangeira (4). Últimamente, também o P.º António Vieira começa, no Brasil, a ser encarado sob esse prisma (5). Em Portugal, as ideias dos nossos economistas mereceram ao prof. Doutor Mosés Amzalak uma série de comentários dignos de todo o encómio; juntou ao estudo das ideias a divulgação dos textos (6) à maneira do que fizera António Sérgio para alguns seiscentistas (7).

José Acúrsio das Neves encontrou no doutor Fernando Pinto Loureiro o biógrafo e o crítico que a sua alta categoria há muito tempo esperava (8).

Jorge de Macedo, por sua vez, oferecendo-nos algumas facetas da política económica do pombalismo, serviu de certo modo o estudo do pensamento económico de Sebastião José (9).

Contudo o campo continua sáfaro e agreste sem a obra de conjunto que integre a política e a doutrina dos Lusitanos na galeria histórica das grandes correntes do pensamento económico. Os nossos arquivos mantêm-se criminosamente fechados, guardando preciosidades que, talvez, uma falsa ordenação de catálogos ou ainda a sua carência afastam da órbita dos estudiosos. Urge assim arrancar para a luz do dia muitos beneméritos olvidados ou puramente desconhecidos.

Dos teóricos da política que encaram, sob aspectos interessantes, os problemas económicos cumpre apurar os juristas (10). A matéria ligada ao direito e às instituições abarca capítulos compartimentalmente vizinhos da economia. Por seu lado, os teólogos abordaram também assuntos afins quando se debruçaram sobre a justiça e a licitude de certas actividades, quer no campo puramente teórico quer no mais realista e prático da casuística da consciência, nos tratados da confissão. De tantos trata-

distas basta destacar um antigo mestre de Coimbra, o navarro Martim de Azpilcueta e os seus tratados sobre câmbios, usuras e onzenas cujas edições quinhen-tistas, em romance, afluam vulgarização e influência entre nós⁽¹¹⁾. Uma sondagem por obras impressas e esquecidas contribuiria para enriquecer a galeria dos textos económicos portugueses. Se a investigação porém afrontasse o mundo ignorado dos manuscritos, quantas surpresas não revelaria? Poderiam não surgir orienta-ções e teorias originais mas, de certo, concretizar-se-ia melhor como ecoaram na cultura lusitana os problemas vivos da Europa desses tempos e como os portugueses consciencializaram ideias e orientações de política económica a que até aqui os julgávamos alheios.

Na persecução deste objectivo trazemos à conside-ração dos estudiosos, entre outros documentos de some-nos interesse, três pareceres inéditos ou três pequeninos tratados sobre o luxo e pragmáticas, respectivamente da autoria dos desembargadores José Vaz de Carvalho e Manuel Almeida Carvalho e do Doutor Nicolau Fran-cisco da Silva.

Transcendem estes pareceres o aspecto *luxo* pois enveredam por assuntos agrários, fiscais, sociais e econó-micos.

O comentário que os antecede destina-se a levantar hipóteses e a pôr problemas susceptíveis de novamente voltarem a ser repensados, em época mais calma e menos trabalhosa, e talvez a contribuir para um melhor conheci-mento duma corrente de política económica, constante na cultura portuguesa, desde a Restauração ao Libe-ralismo, que durante determinados períodos anda sub-mersa ou hesitante e noutros dirige afoitamente a vida política da Nação.

2. O parecer do desembargador José Vaz de Carvalho é um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Secção de Reservados, do Fundo Geral, com origem numa cópia de outro, encontrado no Gabinete do Secretário de Estado de El-Rei D. João v, Pedro da Mota e Silva. Intitula-se «Parecer que o desembargador José Vaz de Carvalho deu, em 1749, ao Senhor D. João v, quando premeditou a pragmática de 24 de Maio do dito ano...» (12).

Basta cotejá-lo com a pragmática para lhe adivinhar imediatamente semelhanças de doutrina.

Trata-se dum manuscrito inédito mas não totalmente desconhecido. Dá-o como perdido o prof. Amzalak, ao referir o interesse que despertara ao prof. Doutor José Frederico Laranjo. Este, por sua vez, com o *Cálculo sobre a perda do dinheiro do Reino* de Alexandre de Gusmão (13) e com o *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, considerava-o um dos três e únicos estudos de carácter prático, político e económico do tempo de D. João v (14).

O Prof. Laranjo classifica-o de escrito inspirador de «ideias que só muito mais tarde se tornaram vulgares, como, por exemplo, a difusão da instrução primária até à mais pequena aldeia, a do ensino da agricultura resumida em catecismo e a abolição de determinados impostos».

Para o prof. Amzalak não há rasto do autor, nem da sua vida, nem da sua obra (15).

Que pensar da crítica, do autor e da obra?

O juízo de Laranjo era de quem conhecia muito bem o parecer mas desconhecia o panorama do pensamento económico do reinado de D. João v. Considerar o *Cálculo sobre a perda do dinheiro do Reino* e o *Testamento*